

## **Construção de redes de solidariedade com as pessoas afetadas pela pandemia e aprendizagens relacionadas.**

### **INTRODUÇÃO**

Em 2019 uma nova doença, conhecida mundialmente como COVID-19, mudou a forma de viver, de consumir, de trabalhar e de se relacionar do mundo todo. No Brasil, o primeiro caso confirmado, segundo dados do Ministério da Saúde (2020), foi em fevereiro de 2020, em São Paulo. No mês de março, mais precisamente no dia 20, declarou-se contágio comunitário em todo o território nacional, de acordo com a Portaria n. 454, de 20 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União. A partir desta notificação de contágio comunitário, diversas medidas foram tomadas para a contenção de casos da doença impactando o comportamento dos brasileiros, marcando o início do período de isolamento social em território brasileiro, acompanhando o que já estava ocorrendo em outros países em que o contágio comunitário já havia sido confirmado.

Muitas outras mudanças são esperadas e impactarão significativamente a vida em sociedade. Situações como essas evidenciam problemas estruturais não tratados. Um deles é a desigualdade social, evidenciada, quando no início do surto da COVID-19, muitos brasileiros optaram pela estocagem de alimentos e de produtos de higiene (Kirk & Rifkin, 2020), algo que poucas famílias puderam aderir, por falta de recursos da maioria. Esta atitude, além de desnecessária, encareceu diversos produtos, seja alimento ou itens de higiene, tornando-os ainda mais inacessíveis para famílias de baixa renda.

Mas nem todas as consequências geradas pela pandemia e pelo isolamento são negativas. Dentre um dos aspectos positivos, destaca-se a elaboração de associações entre pessoas baseadas na solidariedade em busca de soluções durante o enfrentamento deste período (He & Harris, 2020). Ao analisar temas de exclusão social e desigualdade social, o tema de redes, em geral com seu foco redes de solidariedade, operam para atender demandas imediatas da população, tais como saúde, moradia e alimentação, este último, o foco desta pesquisa. A construção de uma rede solidária de apoio neste sentido visa combater a pobreza e a exclusão. Assim, pode-se dizer que as redes de colaboração solidária “permitem aglutinar diversos atores sociais em um movimento orgânico com forte potencial transformador” (MANCE, 2002, p. 3).

A atualidade da formação das redes solidárias em especial no que toca as relações de consumo, são capazes de difundir uma nova compreensão da sociedade ao enxergar e atender um contingente de pessoas, não poucas, que não fazem parte da demanda segundo a lógica de mercado, por não terem os meios necessários para consumo, desde itens mais básicos como a alimentação, até adequada condição de moradia e saúde. Essas redes são de suma importância, pois promovem a satisfação de demandas singulares, não em razão do lucro, mas do bem-estar de todas as pessoas, do modo mais pleno possível (MANCE, 2002).

Muitas pessoas com necessidades específicas oriundas ou não desta crise, tem sido beneficiadas pela criação de redes de solidariedade. Muitas das redes criadas, estão disponíveis a toda a comunidade, pois sua visibilidade é grande, graças a internet e sua capacidade de disseminar informações. Alguns exemplos dessas redes é o App Grillo Mobilidade. Este app permite o envio de doações a pessoas do grupo de risco e pessoas em necessidade. Iniciando sua operação em Porto Alegre, o Grilo realizará um primeiro mês de “pulos do bem”, apoiando pessoas do grupo de risco da Covid-19, como idosos, e o grupo Cozinheiros do Bem. Aqueles que desejarem doar, poderão chamar um Grilo através do aplicativo da marca, para que seja feita a coleta do material a ser doado ou a solicitação de um envio ou coleta no bairro de forma gratuita. Em parceria com o Cozinheiros do Bem a Grillo recolherá e entregará doações para entidades, incluindo cestas básicas, alimentos não perecíveis, máscaras e itens de higiene. As pessoas do grupo de risco poderão contar com o Grilo para coletar ou enviar o que for necessário na rua, mantendo-se seguros em casa.

Este é apenas um exemplo, mas em todo o território brasileiro, pessoas têm se unido para criar essas redes a atender as necessidades das pessoas, seja iniciativas de associações de bairro ou dentro de condomínios fechados. Diante desta discussão, este trabalho tem como objetivo verificar se aqueles que fazem parte dessas redes e ou que têm sido beneficiados por elas, obtiveram um aprendizado oriundo dessas ações para os problemas agravados pela crise gerada pela pandemia do COVID-19, bem como os efeitos das ações de solidariedade sobre as famílias.

### **1.1 Objetivo**

Verificar os aprendizados obtidos por aqueles que foram beneficiados por redes de solidariedade construídos como resposta aos problemas gerados pela COVID-19 bem como os efeitos das ações de solidariedade sobre as famílias beneficiadas e sua percepção da ajuda recebida.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Este capítulo se destina a apresentação da literatura já existente sobre o tema que será abordado para a compreensão e embasamento do problema desta pesquisa. Por se tratar de um tema abrangente apenas alguns tópicos serão apresentados, sendo escolhidos aqueles mais diretamente relacionados com a explicação do problema desta pesquisa. Será apresentado o conceito de redes, mais especificamente redes de solidariedade e suas características principais, e como estas redes podem auxiliar no atendimento da proposta deste trabalho.

### **2.1 Redes**

O termo redes tem se feito presente em estudos de diferentes campos disciplinares (DIAS, 1995). Nas Ciências Sociais, o abordar o tema de redes, em geral o foco se dá nos impactos estratégicos das redes e suas características vinculadas a questões de exclusão social, seja por falta de ou dificuldade de acesso para a maior parte das pessoas. Também destaca a importância das redes de solidariedade, estabelecidas por alguns setores da sociedade civil. “A análise das redes mostra-se muito mais fecunda nas estratégias construtivistas e participativas da realidade social” (VILLASANTE, 2002, p. 92)

Em relação à noção do conceito de redes podemos destacar que, segundo Mance, (2002, p. 1-2), esta possui duas categorias principais: enquanto (1) categoria analítica “resulta da reflexão sobre práticas de atores sociais contemporâneos, compreendidas desde a teoria da complexidade e da filosofia da libertação”, enquanto (2) categoria estratégica, “é elemento central da chamada revolução das redes, na qual ações de caráter econômico, político e cultural se realimentam subvertendo padrões e processos hegemônicos mantenedores do capitalismo avançando para a construção de uma globalização solidária”. Dentro desta categoria estratégica, tem como objetivo conectar empreendimentos solidários tanto da área da produção, e comercialização, quanto os consumidores e outras organizações populares em um movimento de crescimento conjunto e autossustentável (MANCE, 2002).

As redes de solidariedade se apresentam como uma alternativa para aqueles indivíduos que em razão de menor poder aquisitivo, são excluídos do processo econômico, social, político e territorial. Pensando no contexto da globalização, as redes solidárias de apoio assumem importância ainda mais significativa ao atuarem como meio inclusivo. Pois, a partir do momento em que os indivíduos se organizam em uma rede, têm mais capacidade de enfrentar a exclusão socioeconômica e espacial à qual que se submeteram ou foram submetidos (BORGES, 2007).

Em relação ao caráter solidário proporcionado pelas redes que tem como objetivo evitar a desterritorialização dos agentes sociais Raffestin (1993, p. 143), explana que “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder.”

A definição do que consiste o território é importante visto que, segundo Souza (1995), um grupo não poder ser compreendido sem o seu território, uma vez que, já que a identidade sociocultural das pessoas está vinculada aos atributos do espaço concreto. E neste sentido a construção da identidade é de suma importância, pois, isso significa assumir o controle. “A desintegração ou o enfraquecimento da identidade cultural de determinado grupo é uma forma, [...] sócio excludente [...]o que nos torna desterritorializados” (BORGES, 2007, p. 15) Para aqueles que estão excluídos, e em precárias condições a que estão submetidas, dificultam, sob vários aspectos, o fortalecimento das ligações identitárias entre elas.

Esta reflexão destaca a importância da construção de redes de apoio para o fortalecimento das camadas socialmente excluídas, enfatizando que “a proximidade entre os indivíduos favorece o nascimento do que vai chamar de desconforto criador, em outras palavras, a consciência da exclusão que emerge quando os indivíduos reconhecem a difícil situação em que se encontram e dessa forma organizam-se” (BORGES, 2007, p. 16) em busca de mudanças em sua realidade.

A partir disso “a identidade territorial dos agentes sociais está vinculada à convivência desenvolvida cotidianamente o que possibilita a comunicação e, conseqüentemente sua organização” (BORGES, 2007, p. 16). Segundo SCOLARI (2006) a organização em rede promove a redução de preconceitos, a inclusão social e a ressignificação da identidade. Com isso, é vivenciada a solidariedade, a sociabilidade e produção de consciência.

Quanto aos critérios, quatro critérios básicos são necessários para a participação nestas redes: (1) não pode haver qualquer tipo de opressão, dominação ou exploração do trabalho, política e cultura; (2) deve prezar pela preservação do equilíbrio dos ecossistemas; (3) promover o compartilhamento de excedentes entre os membros pertencentes a rede; (4) deve promover a augestão dos meios, de acordo com um espírito de colaboração e cooperação (MANCE, 2002).

Quanto ao seu objetivo geral, suas propriedades básicas, e suas características principais, Mance (2002, p. 2-3) nos diz que:

O objetivo básico dessas redes é remontar de maneira solidária as cadeias produtivas: a) produzindo nas redes tudo o que elas ainda consomem do mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços, etc; b) corrigindo fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista, o que ocorre quando empreendimentos solidários compram bens e serviços de empreendimentos capitalistas; c) gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; d) garantindo as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. As propriedades básicas dessas rede são autopoiese, intensividade, extensividade, diversidade, integralidade, realimentação, fluxo de valor, fluxo de informação, fluxo de matérias e agregação. Entre suas características estão: descentralização, gestão participativa, coordenação e regionalização, que visam assegurar a autodeterminação e autogestão de cada organização e da rede como um todo.

Essas redes operam para atender demandas imediatas da população, tais como saúde, moradia e alimentação, este último, o foco desta pesquisa. A construção de uma rede solidária de apoio neste sentido visa combater a pobreza e a exclusão. Assim, pode-se dizer que as redes de colaboração solidária permitem que os atores sociais se aglutinem em um movimento com forte potencial transformador, atendendo demandas imediatas e conferindo satisfação a essas pessoas ao afirmar suas singularidades e negar a exploração e a expropriação, implementando uma nova forma de se organizar coletivamente, promovendo a diferença e as liberdades públicas e privadas exercidas eticamente (MANCE, 2002).

Nas últimas décadas tivemos o surgimento e a propagação de inúmeras práticas de colaboração solidária e o surgimento de diversas redes e organizações que lutam pela promoção das

liberdades públicas e privadas eticamente exercidas, constituindo-se de início, um setor público não estatal, a favor de distintos direitos, tais como os direitos das mulheres, a proteção ao meio ambiente, a melhora da saúde pública, o direito de moradia a todos, dentre outros (MANCCE, 2002).

A atualidade da formação das redes solidárias em especial no que toca as relações de consumo, são capazes de difundir uma nova compreensão da sociedade ao enxergar e atender um contingente de pessoas, não poucas, que não fazem parte da demanda segundo a lógica de mercado, por não terem os meios necessários para consumo, desde itens mais básicos como a alimentação, até adequada condição de moradia e saúde. Essas redes são de suma importância, pois promovem a satisfação de demandas singulares, não em razão do lucro, mas do bem-estar de todas as pessoas, do modo mais pleno possível (MANCCE, 2002).

## 2.1 Formas de organização de redes de solidariedade

No que toca as formas de organização de redes, existem quatro tipos principais, conforme apresentado na tabela abaixo:

**Tabela 1 – Tipos de redes**

<b>TIPO DE REDE</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
<b>Redes internacionais de pensamento/ação</b>	Nessas redes há estilos e problemas em comum em todas as escalas de ação, como, por exemplo, meio ambiente, pobreza e direitos humanos.
<b>Redes regionais de economias populares solidárias</b>	Nelas os acordos entre o Estado, o mercado e o terceiro setor impulsionam economias locais ou regionais, que vão além de microempreendimentos. O Estado (regional ou local) desempenha sempre um papel importante para uma planificação muito participativa onde, por auto ou cogestão, as decisões são tomadas com o terceiro setor civil e mesmo empresas locais (frente às transnacionais) firmam estratégias com o terceiro setor e o governo.
<b>Redes associativas do terceiro setor e do terceiro sistema</b>	Se, por um lado, as redes internacionais, regionais e/ ou metropolitanas encontram na globalização neoliberal um meio adverso que dificulta sua consolidação e extensão, por outro, as experiências locais precisam de redes mais amplas para não ficar isoladas e sem perspectivas. Nesse sentido, as redes regionais e/ ou globais podem permitir às redes locais transcender da sua constituição basicamente defensiva e muito concreta, voltada para algum problema do cotidiano, passando a uma visão mais ampla do desenvolvimento alternativo integral. Porém, ainda que o pensamento possa ser mais global, a ação tem que ter raízes muito locais.
<b>Redes informais e condutas transversais</b>	As decisões são tomadas a partir da rede de comunicação por onde o indivíduo se move, pois se pode deduzir que em cada sujeito, coexistem diversas redes de identificação.

**Fonte:** adaptado pela autora de Villasante (2002, pp. 216-222).

Assim, as redes de solidariedade constituem mais do que uma estratégia frente a exclusão social, mas uma alternativa de inserção e de participação, pois podem suprir ou minimizar carências resultantes da marginalização e ausência de recursos. As redes de solidariedade resgatam a dignidade a dessas pessoas. Agem em prol de interesses coletivos, e se apresentam de forma orgânica, modificando-se de acordo com as necessidades dos indivíduos envolvidos (BORGES, 2007). A viabilidade dos projetos solidários está muito mais vinculada ao forte desejo de realizá-los do que a viabilidade financeira dos mesmos. Em relação ao apoio financeiro, em geral advêm da solidariedade dos cidadãos envolvidos (SCHERER-WARREN, 2006).

Essas redes pressupõe a “identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (SCHERER-WARREN, 2006, p.113). “O ativismo de hoje tende a protagonizar um conjunto de ações orientadas aos mais excluídos, mais discriminados, mais carentes e dominados” (SCHERER-WARREN, 2006, p.120)

As redes de solidariedade, também conhecidas como redes de compromisso social são uma alternativa para abordar questões complexas que não tem obtido solução através da ação do Estado. “A ideia de rede tem aparecido fortemente nas discussões sobre as políticas sociais como uma alternativa para a sua gestão, com vistas a ampliar os resultados e impactos dessas políticas” (INOJOSA, 1999, p. 116) As redes que podem reunir entes de uma mesma natureza ou de naturezas distintas. Segundo Inojosa (1999) a rede é uma parceria que promove a articulação de famílias, de organizações públicas, dos estados, de organizações privadas, de pessoas físicas e/ou jurídicas. Essas redes envolvem estes agentes promovendo relações interpessoais, intersetoriais e interorganizacionais. Essas redes promovem uma resposta alternativa a gestão de políticas públicas que por sua falha em atender as demandas necessárias, são criticadas, e necessitam de uma articulação alternativa.

As redes não necessariamente envolvem a criação de uma pessoa jurídica. Podem resultar de uma livre opção de ingresso. Seu atrativo mais significativo é a vantagem dos feitos produzidos pela rede.

Quanto ao foco de atuação, de acordo com a relação existente entre os parceiros pode ser:

**Tabela 2 – Foco de atuação das redes**

<b>Foco de atuação</b>	<b>Definição</b>
<b>Autônomas ou orgânicas</b>	A <i>rede autônoma ou orgânica</i> é constituída por entes autônomos, [...] e que passam a se articular em função de uma ideia abraçada coletivamente. Nesse modelo de rede, os entes são mobilizados por um ou mais deles, a partir de uma ideia-força ou ideia mobilizadora [...] Supõe, portanto, um processo de tecelagem contínuo que se dá através do compartilhamento de interpretações e sentidos e da realização de ações articuladas pelos parceiros. A permanência de cada ente na rede depende do seu nível de engajamento no objetivo comum [...].
<b>Tuteladas</b>	Nesse modelo os entes têm autonomia, mas se articulam sob a égide de uma organização que os mobiliza em função de um papel de regulação legal ou de capacidade de financiamento [...] Esse tipo de rede fica, até certo ponto, dependente da persistência de propósitos do ente mobilizador, que constitui o centro da rede. [...]
<b>Subordinadas</b>	A <i>rede subordinada</i> é e é constituída por entes que são parte de uma organização ou de um sistema específico e onde existe uma interdependência de objetivos. Nessa classe de rede o grau de autonomia das partes é determinado pela coordenação, que pode delegar e retomar poder a qualquer momento. [...] a ideia que norteia a rede - a ideia-força - não foi abraçada coletiva e livremente por entes com a sua identidade própria

**Fonte:** adaptado pela autora de INOJOSA (1999, p. 118-119)

Em relação ao foco de atuação, podemos distinguir dois tipos de redes principais: as redes de mercado e as redes de compromisso social. Em relação ao foco de atuação, podemos distinguir dois tipos de redes principais: as redes de mercado e as redes de compromisso social. As redes de mercado são aquelas que são articuladas em função da apropriação ou produção de um determinado bem ou serviço, justificativa de sua existência. Neste tipo de rede há cooperação também, mas mais perceptível a competição. Ao passo que nas redes de compromisso social as pessoas se articulam a partir de uma ideia-força e no compartilhamento desta ideia que explica ou justifica sua existência. E é este tipo de rede que a sociedade busca trabalhar as questões sociais, pois este tipo de rede

mobiliza as pessoas físicas e/ou jurídicas, para que atuem na resolução de um problema percebido que está colocando em risco o equilíbrio da sociedade ou as perspectivas de seu desenvolvimento social (INOJOSA, 1999).

Em relação ao caráter das redes de compromisso social, foco deste trabalho, podemos destacar que tem uma proposta transformadora (ROSANVALLON, 1997), ao levar grupos ao compromisso voluntário para superar situações de desequilíbrio social. Por sua vez, a estabilidade das redes depende de diversos fatores, tais como o tempo de permanência dos parceiros para concretização e finalização das ações, também o quanto os membros estão sensibilizados com o problema, e a capacidade de convocar mais membros para a rede (INOJOSA, 1999). Neste sentido a mobilização é muito importante, bem como o material produzido para induzir essa mobilização. Mas ainda mais importante que isso é a presença do reeditor, ou seja, “uma pessoa que tem público próprio, que tem liderança na comunidade onde a rede vai atuar” (INOJOSA, 1999, p. 138). Neste sentido, Isonojosa (1999), complementa que o reeditor é aquele que deverá reformular e disseminar a “ideia-força”, com o fim de promover novas adesões e manter as existentes. Isso implica que, a saída de um reeditor pode fragilizar a rede, bem como os reeditores podem ser fonte de conflitos que resultarão no encerramento da rede. Por isso é tão necessário que os reeditores estejam “empenhados no processo de comunicação para manter o mesmo nível de envolvimento e resultados, de modo a manter a ideia-força incorporada ao imaginário coletivo, ao ponto de sustentar a continuidade da ação”(INOJOSA, 1999, p. 139-140).

Porém, dentro do contexto brasileiro, temos alguns fatores que podem dificultar a mobilização da população em torno de interesses comuns, tais como a “dificuldade de sobrevivência, a educação deficiente e a baixa renda per capita [...] contribuindo para uma baixa capacidade de organização e atividade da sociedade civil” (ANDRADE; VAITSMAN, 2002, p. 926).

Além disso, infelizmente, a trajetória histórica brasileira deixou, como herança cultural, uma grande desconfiança nas instituições públicas (Santos, 1993). Tal situação pode ser revertida através de ações que estimulem a “confiança social e a consciência cívica, criando bases para a solidariedade social” (ANDRADE; VAITSMAN, 2002, p. 927). Apesar da trajetória histórica brasileira, as organizações e associações no Brasil passaram a ganhar maior visibilidade e se proliferaram, na década de 1990.

As redes de solidariedade presentes no contexto social brasileiro comprovavam que a sociedade civil não está desativada ou apática como um todo. A mobilização dessas redes e a distribuição de recursos proporcionadas por elas, a mobilização promovida e a distribuição da noção de cidadania vinculada a ideia de interdependência entre os membros, evidenciam seu grande potencial acolhedor e transformador. (ANDRADE; VAITSMAN, 2002,)

Essa ideia atrelada à noção de redes, envolve relações de troca, as quais envolvem também obrigações de ambas as partes e laços de dependência mútua (LANDIM, 1998). Desse modo, as associações voluntárias seriam formas de ativar e estreitar as redes sociais, evitando o isolamento dos indivíduos. De fato, as redes são, com frequência, a “única possibilidade de ajuda com que as famílias carentes podem contar, além de serem o único suporte para ajudar a aliviar as cargas da vida” (ANDRADE; VAITSMAN, 2002, p. 927) que levam.

O apoio social que as redes proporcionam é potencializado quando a rede social é forte e integrada. Os aspectos positivos das relações sociais nessas redes são diversos tais como o compartilhamento de informações, auxílio em momentos de crise, suprimento de carências, aumento da confiança pessoal, da satisfação com a vida e da capacidade de enfrentar problemas, o aumento da autoestima, dentre outros (ANDRADE; VAITSMAN, 2002). Este apoio também possibilita a criação de uma sensação de coerência e controle da vida, beneficiando a saúde das pessoas.

As redes de solidariedade, em geral, organizações formais sem fins lucrativos e não-governamentais, fazem parte do que é chamado de “terceiro setor”. O associativismo local, como as

associações civis e os movimentos comunitários são expressões locais e/ou comunitárias da sociedade civil organizada. Tem se observado um crescimento expressivo de redes de ONGs e associações.

Nas sociedades globalizadas, essas organizações em redes assumem múltiplas dimensões e defendem diversificados direitos: de gênero, de classe, pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade, e muitos outros. (SCHERER-WARREN, 2006).

As redes, como qualquer relação social, também presenciam a possibilidade de conflito em razão das relações de poder nela contidos. Em geral, são amenizadas pela solidariedade e reciprocidade. Mas num sentido mais amplo, três orientações político pedagógicas devem estar presentes para reduzir ou excluir esses possíveis conflitos. Eles são, segundo SCHERER-WARREN (2006): (1) Resgatar a dignidade dos sujeitos socialmente excluídos, resgatar suas raízes sem abrir mão de um processo autocrítico transformador com o fim de aprimorar os indivíduos, mas, ao mesmo tempo, respeitando suas raízes; (2) Promover novas formas de ação coletiva com essas populações excluídas seja por meio de trabalho cooperativo, de trocas, aprimorando e potencializando o reconhecimento social, a solidariedade a confiança, a reciprocidade; (3) associação a outras experiências, ou seja troca de experiências entre as redes, propiciando a formação de novas redes e gerando empoderamento.

### **3. MÉTODO**

Este capítulo tem como objetivo apresentar o método de pesquisa que será utilizado para o cumprimento dos objetivos deste trabalho. Serão detalhados os procedimentos a serem utilizados para a obtenção das informações necessárias à resolução deste problema de pesquisa. Para tanto, optou-se por realizar um questionário, busca de dados secundários e se realizará a análise de conteúdo.

#### **3.1 Pesquisa qualitativa**

A pesquisa qualitativa, “se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (FONSECA, 2002, p. 20).

Em razão do cenário atual, resultado da pandemia, optamos por fazer um questionário para a coleta de dados primários e buscas na internet em sites relacionados para a coleta de dados secundários, tornando esta pesquisa um estudo exploratório de análise descritiva.

#### **3.2 Questionário Online**

Esta pesquisa optou por realizar um questionário, que segundo Fonseca (2002, p. 33) pode ser definida como a “obtenção de dados ou informações sobre as características, as ações ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população alvo, utilizando um instrumento de pesquisa, usualmente um questionário”.

Segundo GIL (2008, p. 121) o questionário pode ser definido como:

A técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc. [...] Assim, a construção

de um questionário precisa ser reconhecida como um procedimento técnico cuja elaboração requer uma série de cuidados, tais como: constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste do questionário.

O questionário apresenta uma série de vantagens. Segundo GIL (2008), possui a capacidade de abranger um grande número de pessoas; implica em menores gastos pois não exige treinamento dos pesquisadores, possibilita o anonimado aos respondentes e a possibilidade de responderem quando lhes for mais conveniente.

O questionário elaborado foi criado pela autora. Quanto ao número de questões, colocou-se apenas as questões necessárias para atender aos objetivos desta pesquisa, com o fim de não desincentivar o preenchimento do questionário. O questionário contou tanto com questões abertas, como com questões fechadas.

### **3.3 Análise de Conteúdo**

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo trabalha a palavra, a prática da língua realizada. Procura compreender os indivíduos e seu ambiente. Leva em consideração o conteúdo ou significado do que é dito, ou seja, conhecer o que está por trás das palavras ditas.

### **3.4 Coleta de Dados**

A coleta de dados se deu através de um questionário online elaborado Google Forms que foi divulgado pelo WhatsApp apenas a conhecidos. Quanto aos dados secundários foram coletados através da internet, em especial do site do IBGE para obtenção de dados já disponibilizados sobre este tema.

### **3.6 Tratamento dos Dados**

Para a análise do texto, optou-se por fazer a transcrição literal de respostas dadas em formato de parágrafo e frases curtas, e as demais serão apresentadas em formato de gráficos e tabelas geradas pelo próprio Google Forms.

## **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

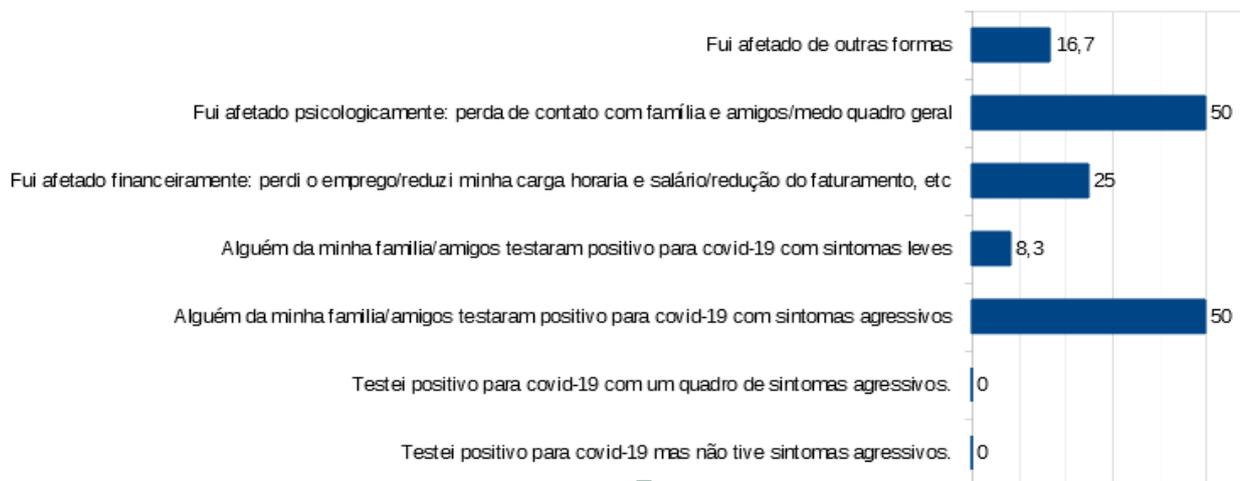
Os resultados da análise deste trabalho iniciam-se com uma análise superficial dentre os respondentes se foram afetados pelo COVID-19 e de como foram afetadas, após isso as questões focam se a pessoa recebeu algum auxílio, e se sim de que tipo. Por fim, as questões abordam como a pessoa avalia o tipo de auxílio recebido, ou caso não tenha sido ela a beneficiada, como julga o auxílio recebimento por seus conhecidos.

### **4.1 Panorama dos afetados pelo COVID-19**

A primeira questão (Q1) do *survey* perguntava de que forma o respondente foi afetado pela pandemia do COVID-19. Essa questão permitia múltipla escolha, considerando que a pessoa

poderia ter sido afetada de diversas formas, e não apenas de uma forma. O gráfico abaixo apresenta um panorama da situação enfrentada pelos respondentes.

**Gráfico 1 – De que forma você foi afetado pela pandemia do COVID-19?**



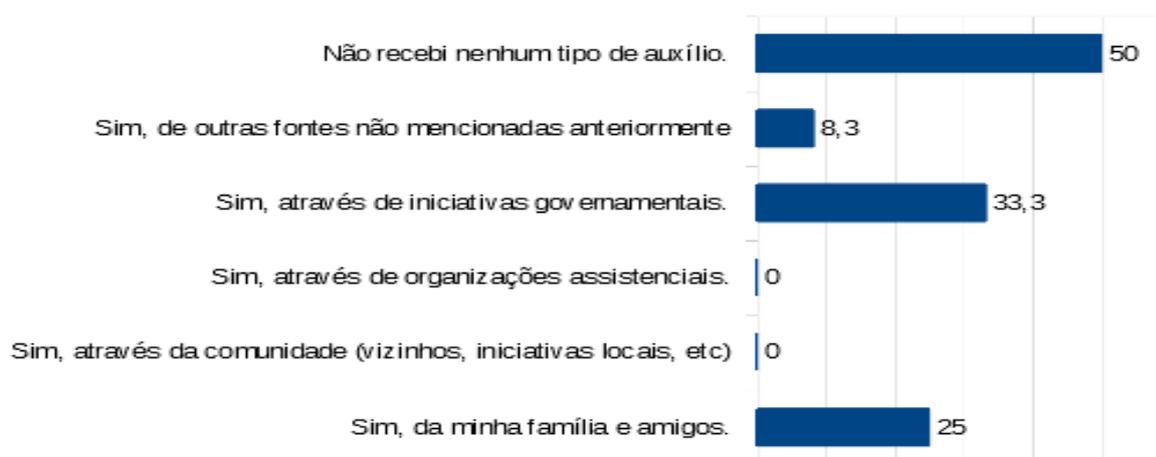
**Fonte:** elaborado pela autora (2020)

Com base nas respostas, foi possível perceber que muitos foram afetados psicologicamente pela crise (50% dos respondentes), o que mostra a necessidade do apoio oferecido pelas redes de solidariedade, não apenas em sentido material, mas emocional também.

#### 4.2 Panorama dos auxílios recebidos pelos afetados pelo COVID-19

A questão seguinte (Q2) perguntava se a pessoa recebeu algum auxílio neste período, e se sim, como. O gráfico abaixo apresenta os tipos de auxílios mais recebidos pelos respondentes.

**Gráfico 2 – Auxílio recebidos pelos respondentes**



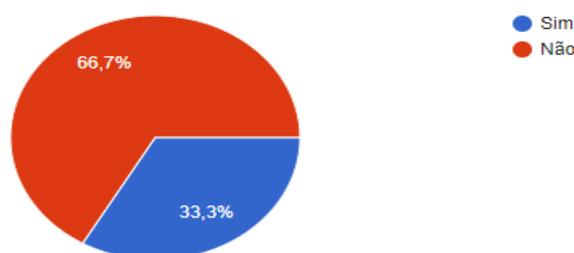
**Fonte:** elaborado pela autora (2020)

Como é possível ver no gráfico acima, dentre os respondentes a metade não recebeu nenhum tipo de apoio, ou não identificou o apoio recebido. Isto revela a necessidade de apoio as redes de

solidariedade para que estas tenham mais condições de atender a demanda atual, aumentada com a crise gerada pela pandemia do COVID-19.

A terceira questão (Q3) continha uma breve explicação do que consiste uma rede solidária de apoio e pergunta se a pessoa conhece alguma. Para muitos dos respondentes que entraram em contato solicitando demais dúvidas, o conceito de rede solidária de apoio não estava muito claro, o que provavelmente reduziu a qualidade das respostas e desincentivou o preenchimento do questionário até o final. O gráfico 3 evidencia que mais da metade dos respondentes não conhece alguma rede de apoio, ou talvez não identifique a presença dessa rede, por desconhecer o que é e como funcionam.

**Gráfico 3 – Conhece alguma rede solidária de apoio?**



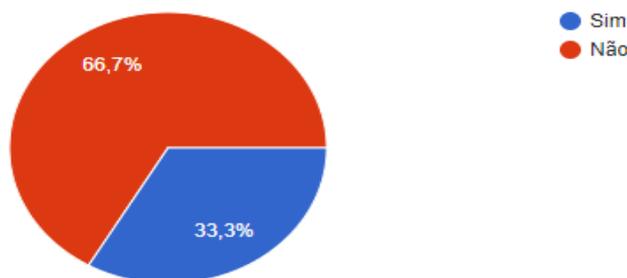
**Fonte:** elaborado pela autora (2020)

Dentre algumas redes e iniciativas conhecidas pelos respondentes sinalizadas na quarta questão (Q4) estão: iniciativas do condomínio onde residem, associações do bairro onde residem, ONGS que servem alimento as pessoas em miséria, redes de apoio entre amigos, redes criadas dentro do condomínio, grupo de pessoas amigos que se reúnem pra encorajar uns aos outros, e o trabalho voluntário realizado pelas testemunhas de Jeová (mais especificamente ligações para transmitir uma mensagem positiva neste período de isolamento social).

#### 4.3 Panorama da avaliação dos auxílios recebidos pelos afetados pelo COVID-19

Em relação a avaliação que a pessoa faz da ajuda que recebeu (Q6), de acordo com as respostas recebidas foram consideradas suficientes e necessárias e supriram as necessidades daquele momento. Como possivelmente muitos dos que responderem ao questionário não teriam recebido algum tipo de apoio, adicionamos as questões 7 e 8 (Q7 e Q8) para ver se dentro de sua rede de conhecidos, conhecem pessoas que foram beneficiadas e de que modo julgam a ajuda recebida por essas pessoas.

**Gráfico 4 - Conhece alguém beneficiado por uma rede solidaria de apoio?**



**Fonte:** elaborado pela autora (2020)

Em relação a como avaliaram a ajuda que seus conhecidos receberam, alguns julgaram que foi de extrema importância principalmente na questão emocional, outros focaram mais no auxílio financeiro que estas pessoas receberam, e outros focaram que a ajuda foi fundamental para atender as necessidades básicas.

#### 4.4 Panorama da avaliação de redes solidárias de apoio e sua eficácia

Por fim, a última questão (Q9) perguntava se as pessoas acreditavam que as redes de apoio realmente poderiam fazer a diferença e a diferença para o enfrentamento de situações tais como a que estamos vivenciando com a pandemia do COVID-19, e de acordo com as respostas que tivemos houve grande concordância das pessoas sobre a importância da ação dessas redes, mas alguns destacaram a necessidade de melhor divulgação do trabalho dessas redes e a necessidade de abrangerem um número maior de pessoas, bem como questões de confiança vinculadas a estas redes.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da ação das redes para atender as demandas muitas vezes não evidentes é indiscutível. Sem o apoio de redes de solidariedade muitas pessoas não teriam como se alimentar, ou ter o acesso a itens básicos de saúde e higiene. No entanto, o número de pessoas que necessitam de apoio é cada vez maior, e a pandemia do COVID-19 e seus reflexos na economia, resultantes da necessidade de isolamento social, fez com que aumentasse muito a quantidade de pessoas que precisam de ajuda, visto que muitos tiveram a perda total ou parcial de sua fonte de renda. Adiciona-se a isso os impactos emocionais gerados pelo medo e pelo enfrentamento da doença.

De acordo com as respostas obtidas, tanto o apoio emocional quanto financeiro foram considerados muito importantes neste período. No entanto, observou-se o desconhecimento pela maioria das pessoas do que constitui essas redes solidárias de apoio. Com isso, vê-se a necessidade de melhor divulgação do trabalho dessas redes e como as pessoas podem se beneficiar delas, além de estabelecer uma imagem que dê segurança as pessoas, produzindo uma relação de confiança para que as pessoas que precisam possam recorrer a essas redes.

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gabriela R. B. de; VAITSMAN, Jeni. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 7, n. 4, p. 925-934, 2002. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232002000400023&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232002000400023&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 06 jun. 2020.

BOISIER, S. ¿HAY ESPACIO PARA EL DESARROLLO LOCAL EN LA GLOBALIZACIÓN? *REVISTA DE LA CEPAL 86 AGOSTO 2005*. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL): Santiago/ Chile. 2005. Disponível em <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/9/22219/G2282e.pdf>>. Acesso em 05. jun. 2020.

BORGES, Carolina Tavares Oliveira. **ESTRATÉGIAS SOCIAIS DE RESISTÊNCIA AOS PROCESSOS DESTERRITORIALIZANTES: redes de solidariedade :: o caso da rede industrial de confecção solidária (rics)**. 2007. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia,

Ufrgs, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2/browse?value=Borges%2C+Carolina+Tavares+Oliveira&type=author>> Acesso em: 03 jun. 2020.

DIAS, L. C.. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de et al. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**, pp. 141/ 162. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A. 1995

DRUMOND, Eliane de Freitas *et al.* Utilização de dados secundários do SIM, Sinasc e SIH na produção científica brasileira de 1990 a 2006. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 7-19, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982009000100002&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982009000100002&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 15 jun. 2020.

FONSECA, João. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <[http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila\\_-\\_METODOLOGIA\\_DA\\_PESQUISA%281%29.pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2020

GIL, Antônio C. Observação. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 121-135

HAESBAERT, R.. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de et al. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**, pp. 165-205. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A. 1995

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1995

He, H., & Harris, L. **The Impact of Covid-19 Pandemic on Corporate Social Responsibility and Marketing Philosophy**. Journal of Business Research. 2020.

HEIDRICH, A. L., DUARTE, A. C., OLIVEIRA, G. M., TARTARUGA, I. G. P.. **Gestão territorial: a organização local frente a globalização**. Anais do XX Encontro Estadual de Geografia, pp. 207-214. Capão da Canoa/ RS. 2000

INOJOSA, Rose Marie. Redes de Compromisso Social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 33, p. 115-141, 1999. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7628/6155>> Acesso em: 05 jun. 2020.

Kirk, C. P., & Rifkin, L. S. **I'll Trade You Diamonds for Toilet Paper: Consumer Reacting, Coping and Adapting Behaviors in the COVID-19 Pandemic**. Journal of Business Research.2020.

LANDIM, L. Notas sobre a campanha do Betinho: ação cidadã e diversidades brasileiras, pp. 241-281. In Landim L (org.). **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência, etc.** 1998

MALHOTRA, Naresch. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MANCINI, Euclides André. **Redes de Colaboração Solidária**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002

MANZINI, E.J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional Sobre Pesquisa E Estudos Qualitativos, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais...** Bauru: USC, 2004

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

Ministério da Saúde. **Brasil confirma o primeiro caso de novo coronavírus**. 2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>> Acesso em 06. jun. 2020.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática. Rede de Economia Solidária. 2005. **O que é Economia Solidária?** Porto Alegre, V Fórum Social Mundial. 1993.

RODWELL, C. M. An analysis of the concept of empowerment. **Journal of Advanced Nursing**. v. 23 pp. 305-313. 1996

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado-providência**. Goiânia, UFG; Brasília, UnB, 1997.

RUBIN, H. J., & RUBIN, I. S. (2005). **Qualitative Interviewing: The Art of Hearing Data** (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

SANTOS, W. G. **Razões da desordem**. Rocco, Rio de Janeiro. 1993

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, abr. 2006. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922006000100007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922006000100007&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 06 jun. 2020.

SOUZA, M. J. L. 1995. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, I. E. de *et al.* (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**, pp. 75/ 166. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A.

VILLASANTE, T. R. **Redes e alternativas – Estratégias e estilos criativos na complexidade social**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Petrópolis: Vozes. 2002